



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE, URBANISMO, SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CONSUMIDOR - CICAMUSPD

Parecer n.º 27 de 11 de dezembro de 2025.

Projeto de Lei n.º 79/2025 de 08 de setembro de 2025.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, *"Institui o Programa Municipal "CONSTRUINDO SONHOS", que dispõe sobre a reforma de residências de famílias de baixa renda no Município de Ubá, e dá outras providências"*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 45 do Regimento Interno que relata:

"Art. 45. Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Agropecuária, Meio Ambiente, Urbanismo e Defesa do Consumidor manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

I – obras públicas;

II – desenvolvimento urbano;

III – políticas relacionadas a praças e jardins;

IV – desenvolvimento do comércio e indústria;

V – pavimentação, estradas e ruas;

VI – agricultura, indústria, comércio e agropecuária;

VII – políticas relacionadas a praças e jardins;

VIII – matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;

IX – direito urbanístico local;

X – regulamentação sobre edificações

XI – tomar outras providências destinadas a defesa e a preservação do ecossistema, fauna e flora do município;

Rua Santa Cruz, N.º. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

XII – conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais;

XIII – proteção do ambiente, controle da poluição, coleta seletiva, tratamento e destinação final do lixo;

XIV – recuperação ambiental de projetos que verse sobre exploração de recursos hídricos, mineirais e florestais;

XV – tratar de assuntos relativos aos Direitos do Consumidor.

Fundamentação

Na Constituição Federativa de 1988, descreve no seu artigo 30, inciso I, que:

“Art. 30 Compete aos municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

Esta relatora inicia seu parecer mencionando o que está no art. 1º do Projeto de Lei nº 40/2025, de que a finalidade seria *promover a melhoria habitacional de moradias pertencentes à famílias de baixa renda, através da realização de reformas, reparos e adequações estruturais, elétricas e outros.*

No art. 3º são mencionados quais condições são necessárias para terem direito a concessão do benefício:

Art. 3º A concessão do benefício se dará exclusivamente às famílias que:

I- residam em Ubá;

II- possuam inscrição ativa e atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

III- sejam classificadas como de baixa renda, conforme critérios definidos em regulamento próprio;

IV- residam em imóvel próprio ou cedido em caráter permanente;

V- estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco estrutural, mediante comprovação por laudo técnico da equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou da Defesa Civil Municipal.

Rua Santa Cruz, N°. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Outro ponto importante que esta relatora menciona está relacionado ao art. 5º. Nele é mencionado que as demandas serão organizadas em fila de obras emergenciais, priorizadas de acordo com os seguintes critérios: Risco iminente à integridade física dos moradores; Presença de crianças, idosos, pessoas com deficiência ou com doenças graves; Condições de insalubridade comprovada e situação socioeconômica familiar.

Para facilitar este processo, é dito no art. 2º que “O Programa será executado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em parceria com a Secretaria Municipal de Obras, com apoio da Defesa Civil Municipal (...)”

Importante destacar que estarão autorizadas as criações de dotações orçamentárias específicas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com a finalidade de custear as ações decorrentes da execução deste programa.

Por fim, importante destacar que A REGULAMENTAÇÃO DA PRESENTE LEI SERÁ FEITA POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO, podendo incluir critérios técnicos adicionais, modelos de laudos, fluxograma de atendimento e prazos operacionais.

Um ponto do qual esta relatora gostaria de destacar é referente a melhoria dos critérios para que a pessoa possa ser contemplada com o programa. Entendo que seria bom a comprovação da condição de vulnerabilidade socioeconômica mediante verificação de renda e análise patrimonial, proibida a concessão do benefício a famílias que possuam bens, veículos, investimentos, empreendimentos ou patrimônio incompatíveis com a condição de baixa renda.

Somado a isto, entendo que o Poder Executivo também poderia detalhar os critérios objetivos de renda, patrimônio e vulnerabilidade, bem como estabelecer limites e exceções socialmente justificáveis para que a pessoa possa participar do programa.

Embora o CadÚnico constitua importante ferramenta de identificação socioeconômica, há situações em que pessoas endividadas ou com cadastro desatualizado mantêm **bens ou patrimônio incompatíveis com a condição de baixa renda**, o que pode gerar injustiças e desvirtuar o objetivo do programa.

A inclusão de **análise patrimonial obrigatória**, aliada à verificação social, reforça a **transparência, a moralidade administrativa e a equidade** na distribuição do benefício, priorizando quem realmente necessita. Esta relatora apresentará uma emenda neste sentido.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei n.º 79/2025.

Ubá, 11 de dezembro de 2025.

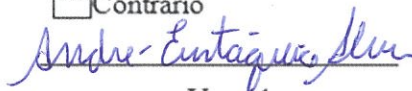

MARILDA APARECIDA LEÔNCIO
RELATORA

Manifestação da Comissão:

☒ Favorável

☐ Favorável com restrições

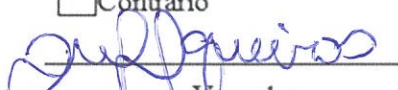
☐ Contrário


Vereador

☒ Favorável

☐ Favorável com restrições

☐ Contrário


Vereador